



# BOLETIM

# GEOCORRENTE

11 de fevereiro de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 132

## **BLUE ECONOMY: A QUESTÃO AMBIENTAL SOB A ECONOMIA ESTADUNIDENSE**

ESTE E OUTROS 14 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



# BOLETIM GECORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

## DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

## SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

## CONSELHO EDITORIAL

### EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

### EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

### EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

### EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

### DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

### TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GECORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

## PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

### ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

### AMÉRICA DO SUL

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (LASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)

GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

### AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

### ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

### EUROPA

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

### LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (EGN)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

### ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

### RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

### SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

### SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

### TEMAS ESPECIAIS

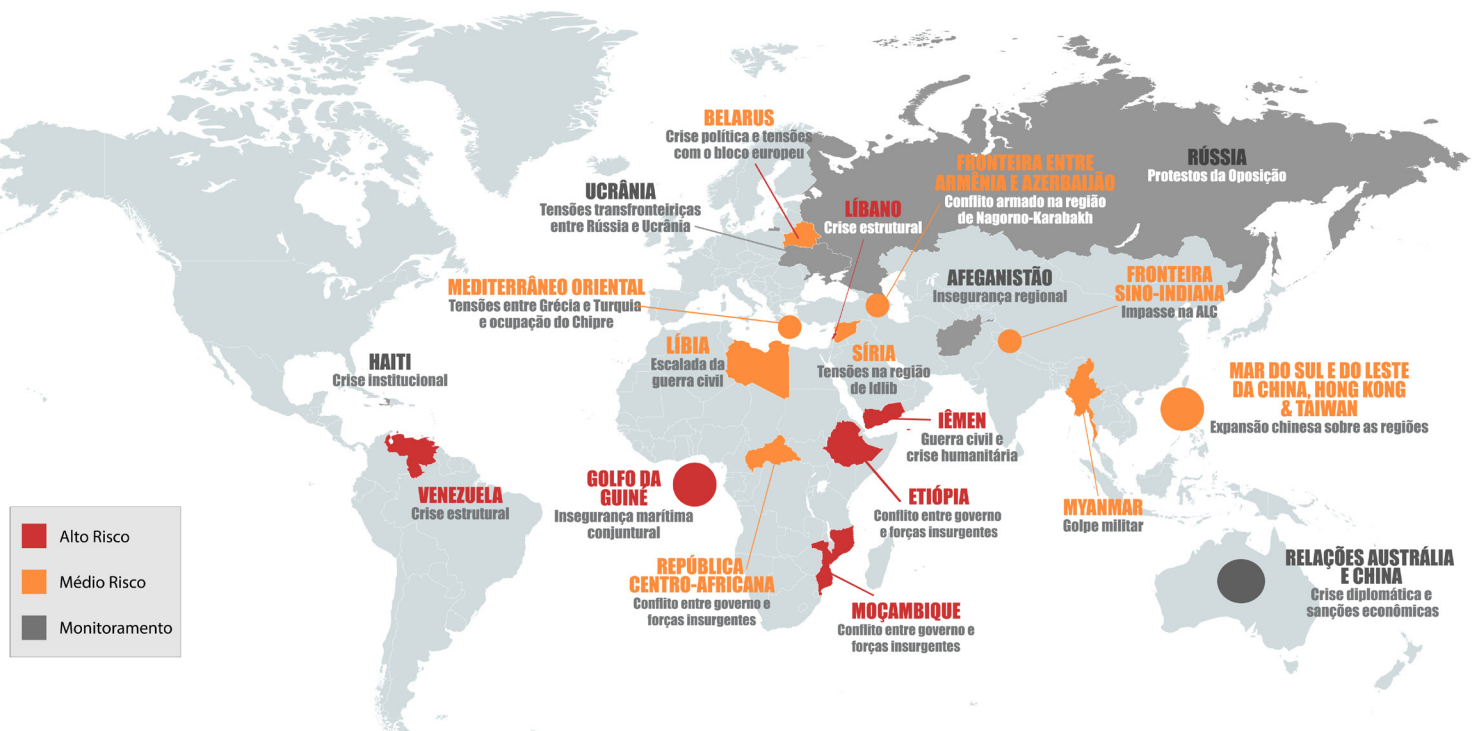
ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

# ÍNDICE

<b>AMÉRICA DO SUL</b>		<b>RÚSSIA &amp; Ex-URSS</b>	
Migrações venezuelanas e a militarização da fronteira entre Peru e Equador .....5		Eleições e a volta do presidencialismo no Quirguistão ..... 11	
<b>AMÉRICA DO NORTE &amp; CENTRAL</b>		<b>LESTE ASIÁTICO</b>	
Iniciativa de empresa jamaicana para explorar minerais no Pacífico.....6		O futuro da Marinha da Coreia do Sul ..... 12	
<i>Blue Economy</i> : a geopolítica ambiental sob a economia estadunidense .....7		Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial 2021: o que a China quer?..... 12	
<b>ÁFRICA SUBSAARIANA</b>		<b>SUL DA ÁSIA</b>	
A agenda estratégica na relação EUA-África .....7		O Reino Unido e sua soberania sobre o Arquipélago de Chagos ..... 14	
De Cape Town rumo à Antártica: o Programa Antártico sul-africano e seus interesses no continente.....8		<b>SUDESTE ASIÁTICO &amp; OCEANIA</b>	
<b>EUROPA</b>		As estratégias australianas de contenção à China ..... 14	
A projeção da França no Oceano Índico e sua parceria estratégica com a Índia .....9		<b>TEMAS ESPECIAIS</b>	
Soberania e pesca britânicas no pós-Brexit..... 10		Gerenciamento de risco cibernético marítimo de acordo com a IMO 2021 ..... 15	
<b>ORIENTE MÉDIO &amp; NORTE DA ÁFRICA</b>		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 16	
Energia renovável no Golfo: um caso de segurança energética?..... 10		Calendário Geocorrente..... 16	
		Referências..... 17	
		Mapa de Riscos..... 18	

## PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

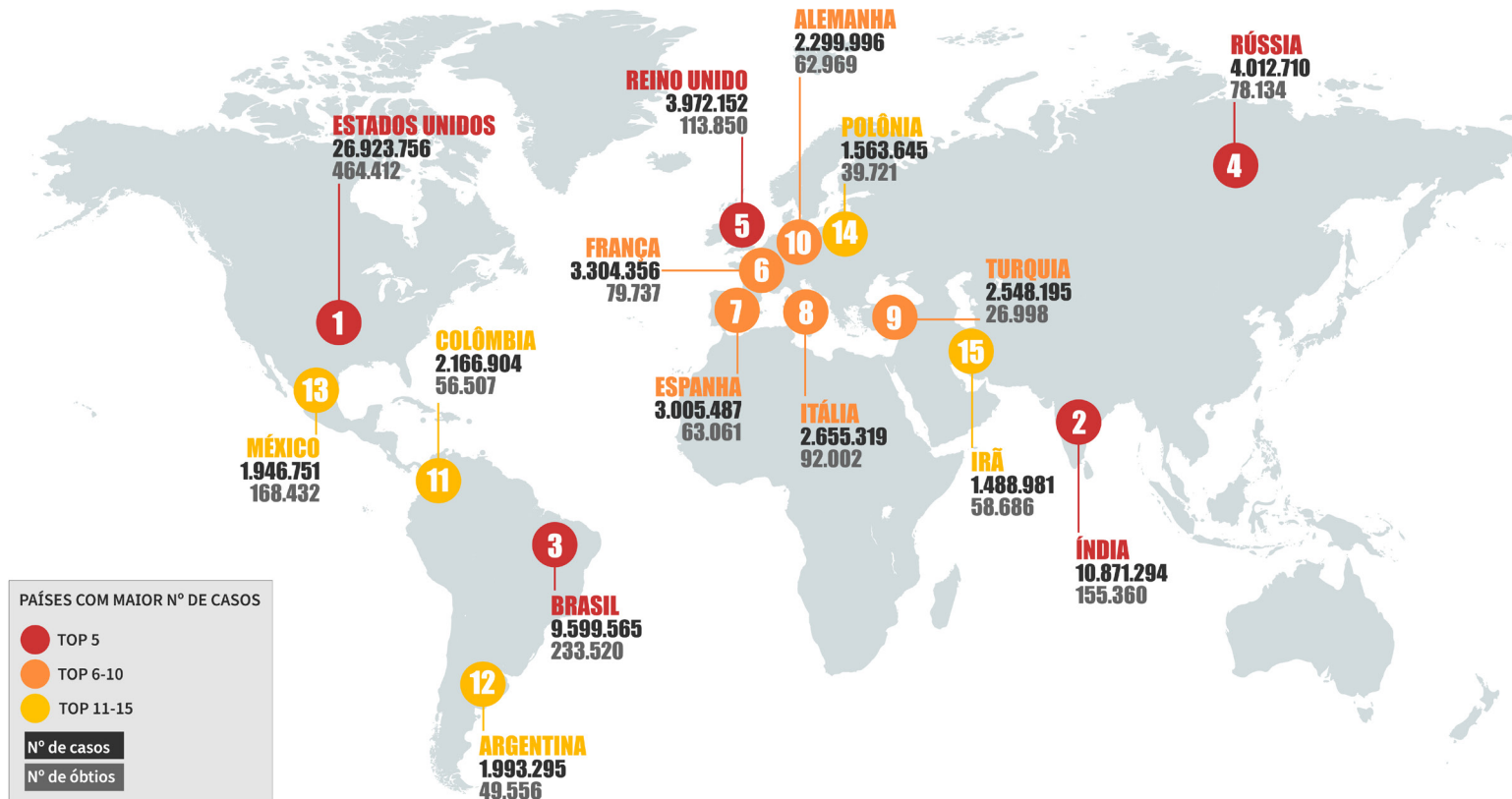
Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.

# PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 11 de fevereiro de 2021.



## ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Países com mais doses aplicadas*				
#	País	Doses aplicadas (milhões)	População vacinada (%)	Vacinas
1º	Estados Unidos	44,77	13,4	Moderna Pfizer/BioNTech
2º	China	40,52	2,8	CNBG Sinopharm
3º	Reino Unido	13,58	20,0	Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
4º	Índia	7,02	0,5	Pfizer/BioNTech Sinopharm
5º	Israel	6,01	69,5	Moderna Pfizer/BioNTech
6º	EAU**	4,68	47,4	Oxford/AstraZeneca Covaxin
7º	Brasil	4,12	1,9	Oxford/AstraZeneca CoronaVac
8º	Alemanha	3,51	4,2	Moderna Pfizer/BioNTech
9º	Turquia	2,80	3,3	Sinovac
10º	Itália	2,77	4,6	Moderna Pfizer/BioNTech

\*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).

\*\*Emirados Árabes Unidos

Migrações venezuelanas e a militarização da fronteira entre Peru e Equador

Bruna Soares Corrêa de Souza

O constante fluxo migratório venezuelano provoca tensões geopolíticas entre Peru e Equador, desestabilizando as relações de poder regionais. A pandemia da COVID-19 e o fechamento das fronteiras entre os Estados rompeu o fluxo migratório, levando os migrantes a buscarem alternativas para atravessá-las. Peru já recebeu aproximadamente dois milhões de venezuelanos e o Equador está voltado para suas eleições gerais. A questão migratória sul-americana, somada à atual crise sanitária, exige uma rápida resposta ao questionamento: como prover ajuda humanitária conjunta em meio à pandemia?

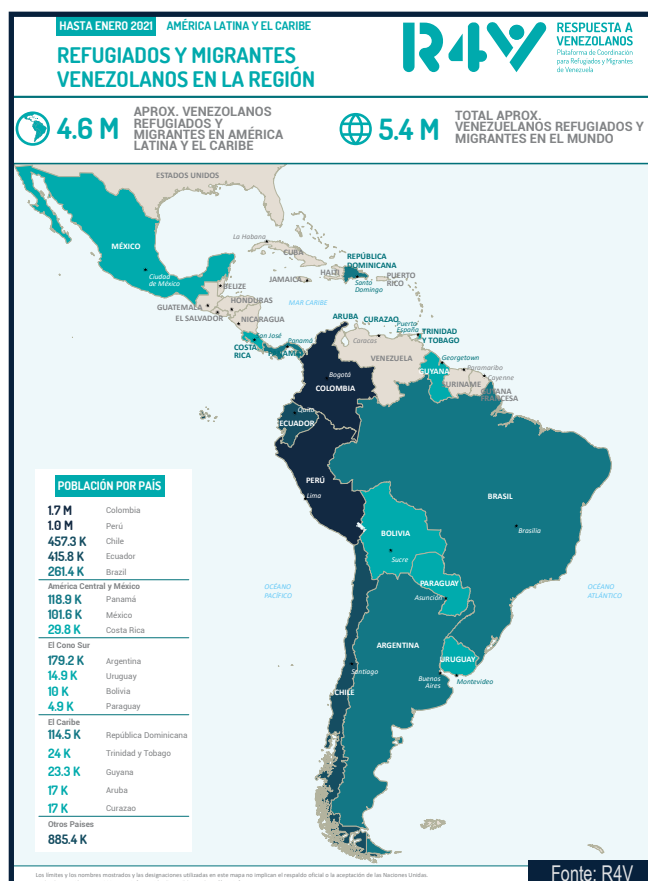
As travessias irregulares têm sido operacionalizadas por contrabandistas que direcionam os fluxos para a Colômbia e o Peru, por vezes via território equatoriano. Sob o pretexto de controlar a migração venezuelana, o governo peruano deslocou, no final de janeiro de 2021, mais de 1.200 soldados e 50 veículos militares, incluindo blindados, para a fronteira com o Equador. Dias depois, o Comando das Forças Armadas equatoriano também mobilizou tropas e veículos táticos militares para a fronteira com o Peru, visando à cooperação e ao incremento do patrulhamento das trilhas ilícitas.

No entanto, a militarização de fronteiras na região sul-americana não é comumente utilizada para controle migratório e já sofre duras críticas de organizações

internacionais de Direitos Humanos. Vale ressaltar que as disputas territoriais entre Equador e Peru representaram o litígio mais longo da história regional, remontando à secessão da República do Equador da então Grã-Colômbia, em 1830, e cujo desfecho, em 1998, ocorreu com a assinatura de um abrangente acordo de paz, após participação de Argentina, Brasil, Chile e EUA nas negociações.

O Ministério da Defesa equatoriano anunciou que apresentará uma “proposta de protocolo de reabertura de fronteiras” à Colômbia e ao Peru ao longo dos meses de fevereiro e março de 2021. A ideia é estabelecer diálogo entre os países e organizações não-governamentais para viabilizar um corredor humanitário que respeite o fluxo migratório e atenda às especificidades impostas pela pandemia.

Com componentes políticos, históricos, militares, sanitários e humanitários, o imbróglio não é de fácil resolução. Contudo, face ao exposto, é possível esperar que a solução passe pelo diálogo entre os atores envolvidos, e uma escalada militar não ofereceria nenhum benefício para a região nesse momento, e representaria uma grande ameaça aos migrantes venezuelanos. Assim, como no passado, a participação de países aliados como intermediadores parece ser um caminho adequado.



## Iniciativa de empresa jamaicana para explorar minerais no Pacífico

Rafael Esteves

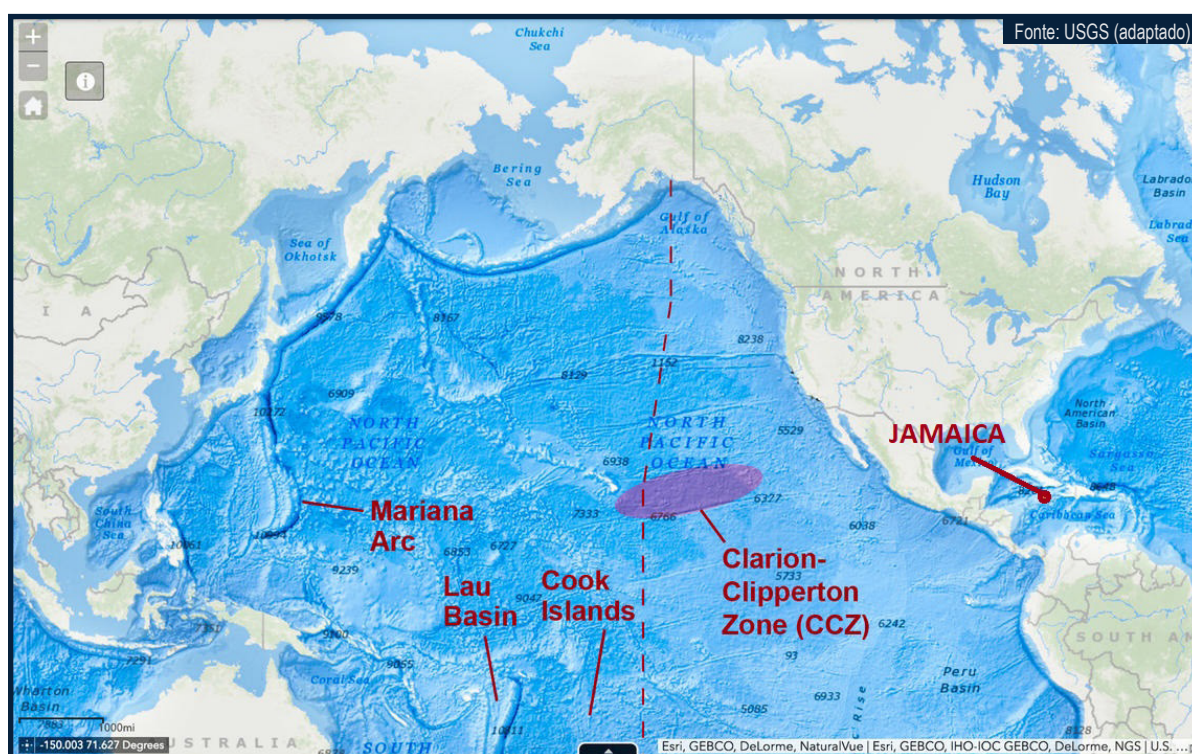
A Jamaica desenvolveu sua economia a partir da exportação de produtos primários, como a bauxita e alumínio, e do turismo, com o PIB aproximado de US\$ 16 bilhões, em 2019. Recentemente, o país entrou para o seleto grupo daqueles capacitados para explorar minérios em regiões profundas dos oceanos. Em dezembro de 2020, o *International Seabed Authority* aprovou um pedido da empresa jamaicana *Blue Minerals Jamaica Limited* (BMJ), em parceria com o governo da Jamaica, autorizando a exploração de nódulos polimetálicos na Zona Clarion-Clipperton, uma região submarina do Oceano Pacífico. Qual a relevância disso para a Jamaica?

Nódulos polimetálicos são recursos minerais extraídos do fundo oceânico, compostos por variações de cobre, cobalto, manganês, níquel e ferro. Dentre as grandes reservas confirmadas desses recursos, está a Zona Clarion-Clipperton, uma fratura geológica submarina que se estende do México ao Havaí. Destaca-se que o cobalto é importante por ser matéria-prima para baterias e motores a jatos, sendo esses cada vez mais requisitados no mercado internacional, principalmente no setor aeroespacial. Atualmente, outras 16 multinacionais têm contratos de exploração na região.

A iniciativa da BMJ indica que o país caribenho

quer entrar na corrida pelos nódulos polimetálicos, o que repercutirá no âmbito econômico e geopolítico. A Jamaica vem sofrendo economicamente com a pandemia da COVID-19, e a possibilidade de alcançar reservas de importantes minerais para indústrias crescentes, como a aeroespacial, resultaria em uma maior atenção internacional, inclusive de investidores estrangeiros, principalmente pela demanda cada vez maior por essa matéria-prima. Vale notar que, ao entrar no campo da mineração em grandes profundidades, a BMJ possibilita a expansão de uma área extremamente restrita, em que existem apenas 30 contratos internacionais para tal. Com isso, possivelmente, a Jamaica será o primeiro país do Caribe a obter tal capacidade. Isso possibilitaria ao país alcançar avanços tecnológicos na exploração econômica dos oceanos, assim como maior poder de barganha com países dependentes de nódulos polimetálicos, elevando a sua importância geopolítica.

Diante do exposto, é possível concluir que a iniciativa pode fortalecer a economia da Jamaica e projetá-la geopoliticamente no ramo de minerais. Porém, ressalta-se que todo o Mar do Caribe será afetado, atraindo a atenção e interesses internacionais, em função da capacidade adquirida pela Jamaica.



O uso sustentável dos oceanos é cada vez mais uma problemática internacional. Ao mesmo tempo que os interesses em seus potenciais econômicos se intensificam, observa-se uma crescente preocupação de países costeiros em entender e cuidar dos seus recursos marinhos. A importância do mar para a economia é um processo que se desdobra desde o século XV, vide o período das Grandes Navegações, que consolidaram as rotas comerciais internacionais através dos oceanos. Assim, a chamada *Blue Economy* implica que o crescimento e o desenvolvimento da economia do mar devem estar correlacionados com o seu uso sustentável e socialmente equitativo. Desse modo, qual é a influência da *Blue Economy* para a estabilidade econômica e segurança nacional dos Estados Unidos da América?

Primeiramente, é necessário destacar o valor estratégico desse setor. A economia do mar é composta por todas as atividades econômicas com base nos oceanos, mares, lagos, rios e costas. Em 2018, esse setor forneceu 2,3 milhões de empregos, contribuindo com cerca de US\$ 373 bilhões para o PIB estadunidense. Nota-se que a participação da economia do mar cresceu 5,8% entre 2017 e 2018 no PIB estadunidense — acima do crescimento da economia do país, equivalente a 5,4% no mesmo período. Além disso, caso as áreas costeiras

fossem um único país, estariam em terceiro lugar no *ranking* do PIB mundial, atrás somente dos Estados Unidos e China.

Nesse escopo, o *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) do Departamento de Comércio dos EUA divulgou, em 19 de janeiro de 2021, o *Blue Economy Strategic Plan 2021-2025*, que objetiva expandir e fortalecer a *Blue Economy* estadunidense até 2025, em cinco áreas específicas: transporte marítimo; exploração oceânica; competição por pescado; turismo e recreação; e, resiliência costeira. Isso será feito através de parcerias público-privadas e investimento massivo em ciência e tecnologia, tornando possível a melhor compreensão dos impactos das atividades humanas e das mudanças climáticas sobre os oceanos, visando maximizar as contribuições econômicas sustentáveis da economia azul.

Portanto, percebe-se que os oceanos são fundamentais para a segurança nacional, o desenvolvimento populacional e a prosperidade dos EUA. É possível, assim, depreender como as questões ambientais são uma preocupação geopolítica, pois mudanças no acesso a esses recursos podem levar ao aumento de tensões entre países altamente dependentes da indústria do mar, como ocorre na China.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p.07.

## ÁFRICA SUBSAARIANA

### A agenda estratégica na relação EUA-África

João Victor Marques Cardoso

A abordagem da política externa dos Estados Unidos para a África é fundamentalmente estratégica. A aproximação com o continente ocorre menos por sua relevância em si e mais em função de disputas hegemônicas. Contudo, as narrativas que legitimam tal postura são oscilantes e provocam o questionamento sobre quais são as possíveis diferenças trazidas pela nova gestão de Joe Biden em relação à administração de Trump.

Historicamente, o fim da Guerra Fria abstraiu o confronto bipolar por influência na África. Porém, já nos anos 2000, a Doutrina Bush e a criação do AFRICOM (Comando dos Estados Unidos para a África) sinalizaram o combate ao terrorismo no Sahel como uma revalorização estratégica. Atualmente, a narrativa prioriza a disputa pelo poder global com os competidores Rússia e China, que mantêm um amplo leque de contato no continente. Esta narrativa apresenta continuidades entre os governos Trump e Biden, resguardadas algumas diferenças,

conforme prenunciado na sabatina de 27 de janeiro de 2021, da indicada à Embaixadora da Missão dos EUA na ONU, Linda Thomas-Greenfield, na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O ex-presidente Trump não tinha uma agenda para a África, tampouco a visitou oficialmente ([Boletim 130](#)). A vacância do Escritório de Assuntos Africanos do Departamento de Estado, entre 2017 e 2018, e da embaixada na África do Sul por três anos são exemplos claros. O esvaziamento do apoio público a ONGs liberais e da ajuda externa da USAID (*United States Agency for International Development*), bem como a obstrução da agenda climática e sanitária, reforçam o distanciamento em temas sensíveis à África. Além disso, a política migratória restritiva contra Nigéria, Eritreia, Sudão, Tanzânia, Chade, Líbia e Somália também abalou a diáspora africana.

Por sua vez, Biden busca recuperar a influência dos EUA sobre os mecanismos multilaterais, retomar a »

agenda comercial e instrumentalizar a democracia liberal para pressionar lideranças africanas por boa governança. À luz das disputas globais, entretanto, isso significa enfrentar a crescente influência da China junto aos africanos no sistema ONU, rivalizar o robusto pacote comercial-financeiro chinês destinado ao continente e enfatizar os valores que os EUA historicamente defendem.

Assim, diferente do afastamento de Trump, mas sob a mesma visão sobre a China como adversária, no atual governo, o continente africano indica permanecer como um mero palco de disputas. Segundo Thomas-Greenfield, entretanto, a África não pode permitir novamente ser peão entre potências, pois tem o controle sobre o próprio futuro.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 07-08.

## De Cape Town rumo à Antártica: o Programa Antártico sul-africano e seus interesses no continente

Vivian Mattos

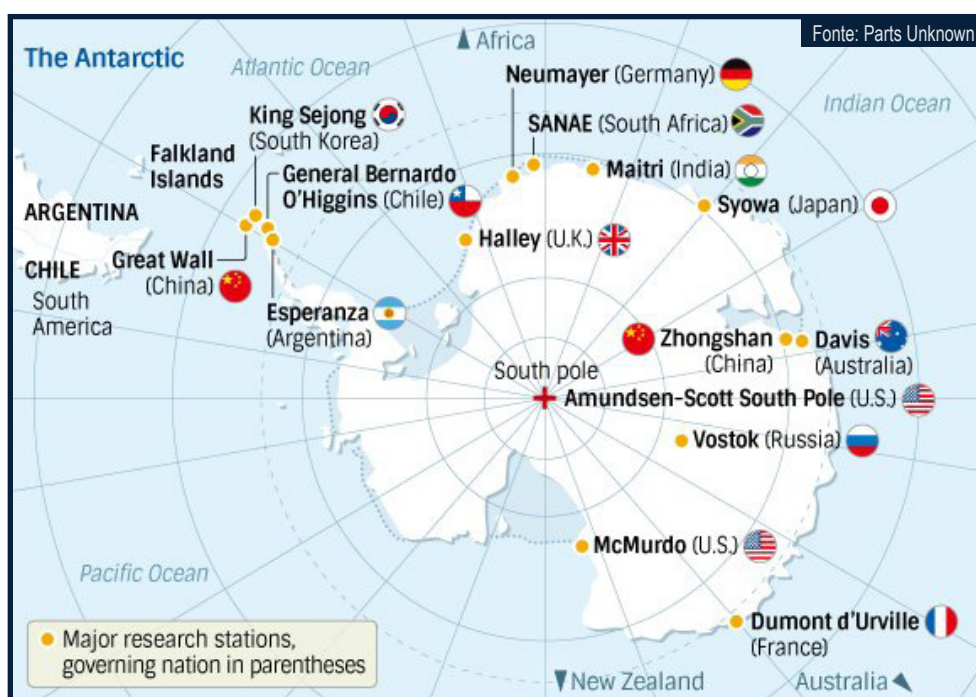
A África do Sul, atualmente, é o único país do continente africano com presença ativa na Antártica, tendo pretensões antigas na região que remetem à época colonial. Em 1959, o país africano foi um dos doze Estados fundadores e signatários do Tratado da Antártica, revelando, assim, seu desejo de definir o formato de governança no continente antártico. Entretanto, apenas em 1994, com a democratização do país, foi criada a primeira estratégia para o continente. Ao longo da última década, o país investiu fortemente na modernização de seus instrumentos do *South African National Antarctic Programme* (SANAP) e de suas três estações antárticas e subantárticas, incluindo a compra do “S.A. Agulhas II”, seu navio quebra-gelo. Posto isso, tenciona-se aqui compreender: qual é a importância estratégica da Antártica para a África do Sul?

De acordo com o Departamento de Assuntos Ambientais sul-africano, o olhar do país para esta região se atenta aos recursos marinhos que podem ser utilizados para lidar com problemas atuais e futuros como a segurança alimentar e a pesquisa científica, para desenvolvimento de biotecnologia e energia sustentável. Assim, a política externa sul-africana alinha-se junto aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, sendo utilizado como um dos

métodos de projeção internacional do país, em vista de estar engajado nos principais regimes internacionais

No dia 04 de janeiro de 2021, o “S. A. Agulhas II” chegou a *Penguin Butka* no continente antártico. A viagem faz parte de uma série de incursões realizadas durante o ano pelo SANAP com objetivo de abastecer com suprimentos suas estações antárticas e subantárticas, garantir o andamento das atividades científicas empreendidas pelos seus pesquisadores e principalmente assegurar os interesses sul-africanos na região. Além disso, a África do Sul enxerga o seu território como uma porta para o acesso à Antártica, pois atualmente existem expedições de outros países que utilizam os portos sul-africanos para a logística, principalmente o de Cape Town.

Ademais, a importância estratégica do continente antártico para a África do Sul está alicerçada no antigo anseio sul-africano de ser e de construir uma imagem como a principal potência regional africana. A África do Sul defende que devido a sua envergadura internacional e participação ativa nos principais regimes internacionais, é justo que seja reconhecida como porta-voz principal dos anseios e demandas africanas pelos demais 53 países africanos e para a comunidade internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 08.

## A projeção da França no Oceano Índico e sua parceria estratégica com a Índia

Marina Corrêa e Victor Magalhães Longo

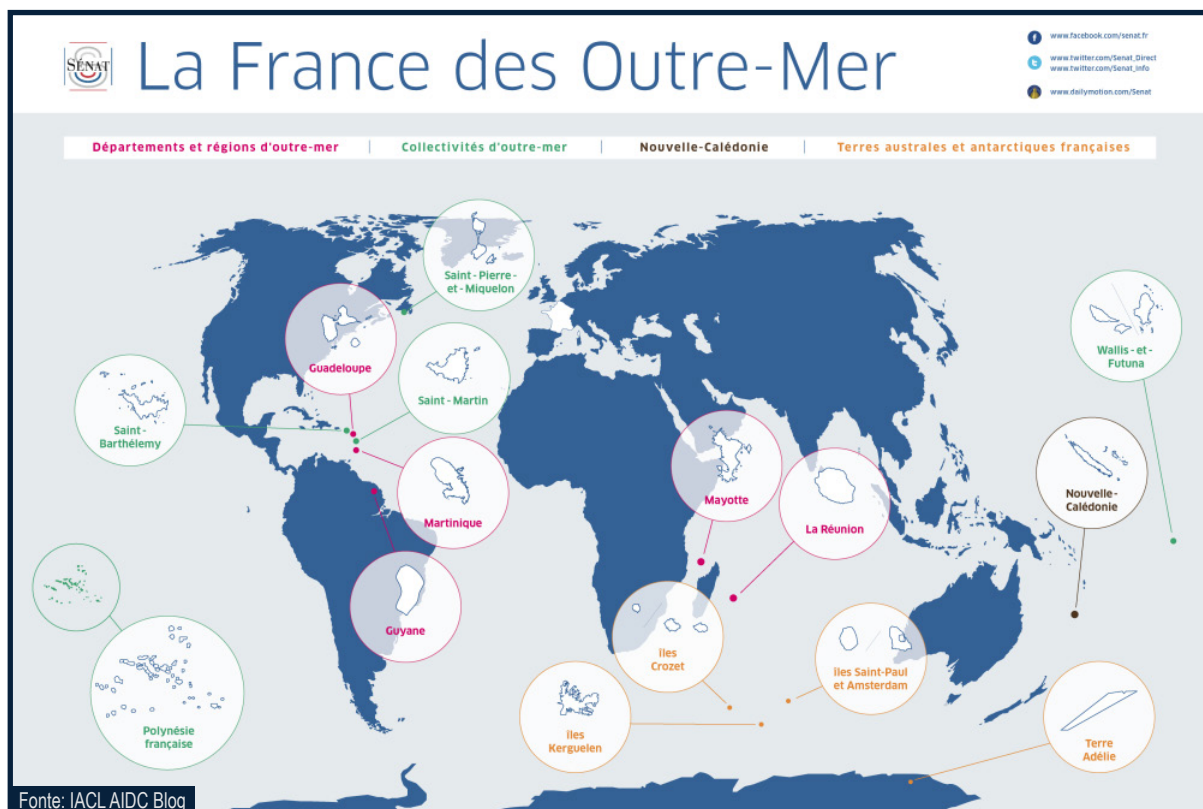
Em um mundo altamente globalizado e articulado, alianças bilaterais são de suma importância para as potências, bem como a projeção de influência. Em 1998, França e Índia estabeleceram a chamada Parceria Estratégica, que se traduziu em diálogos periódicos, mas que, durante um bom tempo, tiveram resultados tímidos. Este cenário começou a mudar nos últimos anos ([Boletim 69](#)), tendo o mais recente encontro bilateral ocorrido em 7 de janeiro de 2021, em Nova Délhi, quando foram discutidos temas variados, dentre eles segurança marítima e cooperação na região do Indo-Pacífico. À vista disto, torna-se significativo buscar entender quais as vantagens da França em sua forte aproximação com a Índia.

Diversos eventos fazem notar o crescente interesse francês na região. Em 2018, a França anunciou sua estratégia para o Indo-Pacífico, o primeiro país europeu a fazê-lo e, no final de 2020, adentrou a *Indian Ocean Rim Association* como 23º país membro. Além disso, a parceria militar com a Índia cresceu muito nos últimos cinco anos, especialmente pela escolha dos caças *Rafale* e dos submarinos *Scorpène*, ambos franceses, para integrar o arsenal militar indiano, visto que a Índia tem procurado reduzir sua dependência de equipamentos e peças de

reposição russas, diversificando seu portfólio.

Por parte da França, essa parceria aparenta ter dois eixos principais: econômico e estratégico. Com relação ao primeiro, o país se vê capaz de preencher uma lacuna na economia indiana em setores tradicionalmente bastante regulados e que exigem enorme capital, como o de energia, assegurando seu acesso a um mercado em expansão. Ao mesmo tempo, preserva seu *know-how* de ponta, já que os acordos de transferência tecnológica tratam de tecnologias relativamente antigas.

Já do ponto de vista estratégico-militar, tal aproximação bilateral, fora dos escopos da União Europeia, condiz com sua vontade de adotar uma política externa autônoma. Além da venda de equipamento militar, os acordos firmados para apoio logístico, patrulhamento conjunto ([Boletim 113](#)) e acesso indiano às instalações navais francesas em seus territórios ultramarinos (de exemplo na ilha de *La Réunion*), conferem uma garantia de rápida resposta às questões marítimas e um aliado poderoso para a estratégia francesa no Indo-Pacífico. Em um segundo plano, os países conseguem, em conjunto, projetar-se em oposição à expansão chinesa na região, objetivo comum entre as nações.



## Soberania e pesca britânicas no pós-Brexit

Nathália do Vale

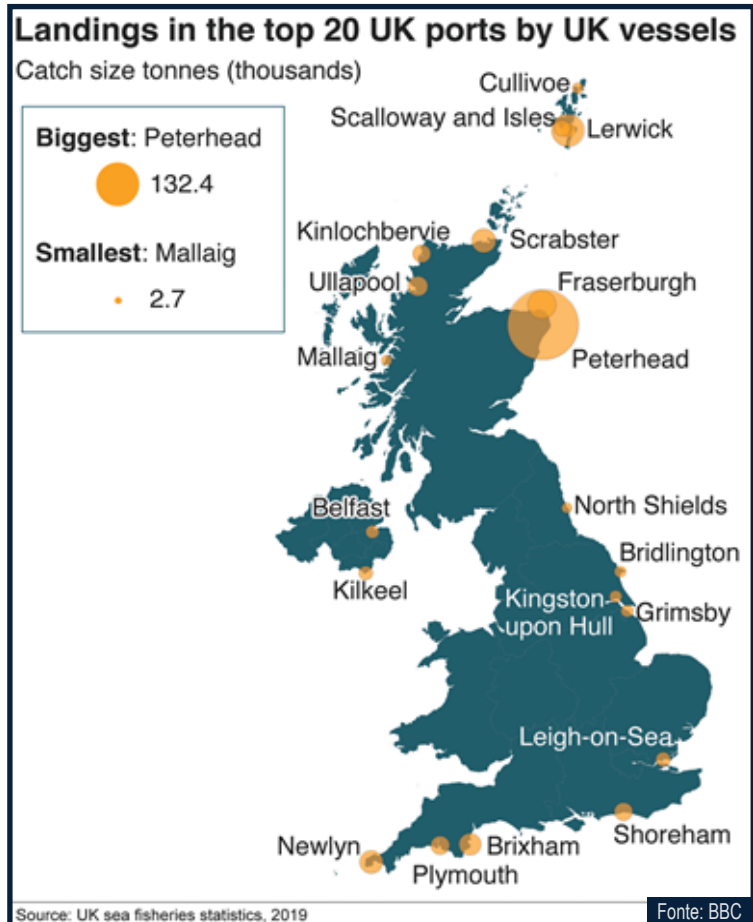
Atualmente, a pesca corresponde a apenas 0,12% da economia britânica, empregando somente 12 mil pessoas. Todavia, sua relação histórica com a soberania marítima garante-lhe um grande peso político. O setor tem estado em declínio desde os anos 1970, quando o Reino Unido (RU) se juntou ao bloco europeu. Por isso, o *lobby* pesqueiro foi um dos mais ativos na campanha do *Leave*, defendendo que o RU recuperasse o controle de suas águas jurisdicionais. Contudo, no acordo de saída da União Europeia (UE), finalizado em dezembro de 2020, decidiu-se que embarcações europeias poderão continuar pescando dentro do limite de 12 milhas da costa britânica. Por outro lado, o governo afirma que conseguiu reduzir em 25% os direitos da UE sobre as águas britânicas até 2026, período após o qual esta porcentagem será negociada anualmente, ainda que sua proposta inicial fosse de 80%. Afinal, a pesca pós-Brexit beneficiou a soberania britânica?

Os impactos definitivos do acordo sobre o setor da pesca ainda não são claros, e alguns tópicos, como cotas por espécie, serão negociados separadamente. Há, no entanto, expectativas para renovação da frota pesqueira, com investimentos de cerca de US\$ 137 milhões prometidos pelo governo, e aumento da quantidade total pescada. Contudo, o aumento das burocracias para exportação, como a proibição da venda de mariscos, é um entrave à competitividade, considerando que quase metade do que é pescado no RU é vendido para a Europa. Desse modo, é de se esperar que o setor amplifique sua pressão política a fim de recuperar perdas.

A questão da independência da Escócia também adquire ainda mais relevância, pelo fato do país concentrar 53% da indústria pesqueira local e abrigar comunidades costeiras altamente dependentes dela. O Partido Nacional Escocês, favorável a um novo referendo de independência, tem 47 assentos no Parlamento e pode

ser um importante grupo de pressão para o setor, usando a independência escocesa como ponto de barganha. Qualquer dificuldade do governo de garantir mais ganhos à indústria pesqueira frente à UE poderá servir de argumento para os independentistas.

Desse modo, a pesca parece ser mais do que mera retórica para a soberania do Reino Unido. Entretanto, ao garantir sua independência da Europa, os *trade-offs* econômicos envolvidos e suas implicações políticas podem resultar em um efeito negativo para a manutenção de sua própria união.



DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 10.

## ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

### Energia renovável no Golfo: um caso de segurança energética?

André Nunes

Reconhecido internacionalmente como uma região com grandes exportadores de petróleo, o Golfo Pérsico é também uma localidade dependente do consumo de hidrocarbonetos para geração de energia elétrica e dessalinização da água do mar, especialmente no que diz respeito aos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Tal circunstância tem contribuído para que os países desse bloco invistam em outras fontes de energia para suprir a demanda doméstica e garantir sua segurança energética.

Nesse sentido, a ideia de segurança energética pode

refletir a definição de Daniel Yergin exposta em artigo intitulado *Ensuring Energy Security* — publicado na revista *Foreign Affairs* em 2006 — que entende que os países exportadores de petróleo pensam o conceito em termos de segurança da demanda, isto é, querem que os mercados consumidores existam para absorver sua produção e, conseqüentemente, garantir receitas governamentais. No entanto, se uma grande parcela da produção for consumida internamente, a capacidade de exportação e a aquisição de receitas pode ser afetada no futuro. »

Assim, uma forma de reduzir a dependência do consumo de hidrocarbonetos tem sido o planejamento estratégico para investir em fontes renováveis. Esse é o propósito de países como a Arábia Saudita, que visa integrar em seu *grid* de energia 9,5 GW provenientes de renováveis como as fontes solar e eólica, segundo o *Saudi Vision 2030*. Os sauditas também têm interesse em desenvolver energia nuclear por meio da *King Abdullah City for Atomic and Renewable Energy*, fundada em 2008. Os Emirados Árabes Unidos, por sua vez, já possuem um programa nuclear operacional desde agosto de 2020, quando o reator *Barakah 1* foi inaugurado. Ademais, esse país que sedia a Agência Internacional de Energia Renovável possui duas pequenas cidades sustentáveis em seu território: *The Sustainable City*, em Dubai, e *Masdar*

*City*, em Abu Dhabi.

Os outros países do CCG também possuem projetos nesse sentido, como apontam os documentos estratégicos *Oman 2040*, de Omã; *National Renewable Energy Action Plan*, do Bahrein; *Qatar Second National Development Strategy 2018-2022*, do Catar; e o *Kuwait Vision 2035*, do Kuwait.

Portanto, o planejamento estratégico em fontes energéticas renováveis e nuclear é uma forma de gerar energia complementar aos hidrocarbonetos e de preservar a produção interna para exportação, visando, na medida do possível, garantir a segurança da demanda e, conseqüentemente, uma importante faceta da segurança energética dos países do CCG.



DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 10-11.

## RÚSSIA & Ex-URSS

### Eleições e a volta do presidencialismo no Quirguistão

*Pedro Martins*

**A**o contrário da dinâmica regional de mudança no poder feita por meio de transições negociadas ou falecimento dos líderes, o Quirguistão tem um histórico político mais instável: três dos seus quatro presidentes foram derrubados por protestos populares. Nesse contexto, no dia 10 de janeiro, ocorreram eleições presidenciais, junto com um referendo sobre a mudança do parlamentarismo adotado no país desde 2010 para o retorno do presidencialismo. O pleito terminou com uma vitória acachapante de Sadyr Japarov.

A eleição vem na esteira de eventos iniciados em outubro de 2020, período das eleições parlamentares no país. Na época, a vitória de partidos governistas gerou protestos acusando o processo eleitoral de fraude. Tais protestos, somados à insatisfação com a crise econômica

e a condução da pandemia da COVID-19, criaram uma crise política que culminou na renúncia do então presidente Sooronbay Jeebenkov, na libertação de Sadyr Japarov da prisão e sua ascensão política.

A figura de Sadyr Japarov é controversa dentro do país, sendo visto como um “herói nacional” por seus apoiadores ou como demagogo e populista por seus detratores. Nacionalista, suas promessas de aumentar o gasto público em saúde, combater a corrupção e devolver ao povo as minas de ouro privatizadas tiveram eco na população mais jovem e na parte rural do país. Apesar do seu discurso e da sua proposta de aumentar os poderes presidenciais, Japarov apresenta à Federação Russa como uma parceira estratégica, dado que Moscou mantém uma base militar no país e é um grande destino dos migrantes >>>

internacionais quirguizes. Ademais, o relacionamento estratégico com a China deve se manter, dado que o país é um parceiro comercial e investidor importante em um Quirguistão que tem um endividamento próximo a 60% do PIB e que sofreu uma queda de 8% no seu PIB em 2020, sendo a maior retração da Ásia Central.

Com isso, percebemos que esse é o mais recente

capítulo em uma crise política de grandes proporções no Quirguistão. As dificuldades que Sadyr Japarov irá enfrentar em seu governo são muitas e variadas, incluindo a crise política iniciada em 2020 e a gestão da pandemia da COVID-19. Um agravante do seu governo é o perfil multiétnico do país, o que pode gerar dificuldades adicionais durante o seu governo.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 11-12.

## LESTE ASIÁTICO

### O futuro da Marinha da Coreia do Sul

Marcelle Torres

Enquanto 12ª economia mundial, 2ª economia mais inovadora e uma das líderes no setor de construção e reparação naval do mundo, a Coreia do Sul também enfatiza a modernização e ambição do setor de defesa do país. A Marinha sul-coreana, em especial, passou de uma força naval que visava defender a sua costa das ameaças norte-coreanas à uma Marinha que objetiva expandir suas operações e atuar em águas oceânicas. Em 2017, o lançamento do plano *Defense Reform 2.0* sinalizou o contínuo aumento dos gastos em Defesa, a formação de uma equipe para lidar com ameaças cibernéticas, a aquisição de drones de combate e de contratorpedeiros KDDX, fragatas FFX, submarinos KSS-III ([Boletim 130](#)) e embarcações de desembarque LPX.

Recentemente, a Marinha da Coreia do Sul logrou uma nova meta e deu início ao seu programa de porta-aviões LPX-II, com projeto conceitual da sul-coreana *Hyundai Heavy Industries* e previsão de lançamento de operações para 2033. O porta-aviões deve deslocar aproximadamente 30 mil toneladas e acomodar

09 helicópteros e 20 caças F-35B, configurando um ativo estratégico sul-coreano e exercendo o papel de base militar móvel com potencial de lançamento de ataques em situações de emergência. A nova classe LPX-II é uma continuação dos navios de assalto anfíbio da classe *Dokdo* (a saber LPH-6111 *Dokdo* e LPH-6112 *Marado*), entretanto, a primeira dedicada a operações de aeronaves.

Anunciada e financiada pelo Plano de Defesa de Médio Prazo 2020-2024 da Coreia do Sul, a classe LPX-II integra o processo de desenvolvimento em direção à uma marinha de águas azuis sul-coreana, somando-se aos contratorpedeiros das classes *Sejong O Grande* (KDX-III), *Chungmugong Yi Sun-sin* e *Gwanggaeto O Grande*; às fragatas da classe *Incheon* e também aos submarinos *Tipo 214*. Além disso, observa-se que construir um porta-aviões impulsiona as capacidades da Marinha da Coreia do Sul perante outras potências na região — como Japão e China — e corrobora aos esforços de Seul em retomar o comando operacional das Forças Combinadas ROK-US (OPCON) em tempos de guerra.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 12.

### Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial 2021: o que a China quer?

Philippe Alexandre

Os grandes eventos internacionais são boas oportunidades para os analistas, uma vez que os líderes são convidados para discursar e, muitas vezes, eles expõem a sua percepção de mundo e o projeto de inserção internacional. Xi Jinping expôs essas percepções claramente, no seu discurso virtual no Fórum Econômico de Davos, que aconteceu entre os dias 25 e 29 de janeiro.

Em meio a um período de incertezas econômicas, políticas e sociais resultantes da crise da COVID-19, vários representantes de países estiveram presentes neste evento, que é conhecido por reunir a elite econômico-financeira global. Como a China detém a segunda maior economia do mundo e é o principal parceiro comercial de mais de 120 países, o mandatário chinês recebe atenção. O seu discurso trouxe dois conceitos essenciais para compreender como Pequim vem buscado se inserir no mundo: “relação ganha-ganha” e “Comunidade de Destino Comum da Humanidade”.

O primeiro termo refere-se a uma estratégia de interação que visa atender todos os envolvidos. Na teoria dos jogos, essa relação permite que todos os participantes se beneficiem de forma cooperativa: o jogo de soma não-zero. O segundo remonta a 2012, quando Xi afirmou que o mundo se torna cada vez mais uma comunidade de futuro compartilhado, com cada ator atuando na sua maneira o espaço de um planeta comum.

Esses conceitos são usados numa conjuntura mais desafiadora para Pequim: as relações EUA-Taiwan aprofundadas, protestos em Hong Kong, pressões internacionais acerca dos *Uigures* em Xinjiang, sanções a empresas chinesas, Mar do Sul da China, além da “sinofobia” em vários países. A resposta do governo chinês tem sido mais integração chinesa à ordem internacional, o que amplia a interdependência, a ponto de a China tornar-se indispensável para muitos países. Em 2020, apesar da pandemia, o comércio exterior chinês »

cresceu 1,9%, o que ajudou no 2,3% de saldo positivo do PIB — a única economia dentre os países do G20 a crescer em 2020.

Portanto, as expressões usadas por Xi refletem o interesse chinês de estar mais ativo na liderança das relações internacionais, ampliando a sua rede de relações externas (econômicas, diplomáticas, militares, sociais

e etc) e fornecendo bens públicos responsavelmente. Desse modo, faz sentido que estejam presente nos discursos oficiais chineses a defesa ao livre-comércio, multilateralismo e relações mais cooperativas, em detrimento de protecionismos e cenários competitivos de “soma zero” — como uma “nova Guerra Fria”. Só o tempo, porém, mostrará os resultados dessa estratégia.



DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 12-13.

## Tropas estadunidenses no Japão: dilema encerrado ou novo capítulo?

João Pedro Grilo

Apesar de essencial, a cooperação militar entre o Japão e os Estados Unidos vive um dilema referente ao volume da contribuição japonesa nos dispêndios relacionados à permanência das tropas estadunidenses no país. Frente à mudança do governo estadunidense e a necessidade de renovar o tratado de Apoio da Nação Anfitriã — acordo responsável por formalizar o compartilhamento dos custos das forças estadunidenses, em 27 de janeiro ocorreu uma reunião entre o ministro de Relações Exteriores do Japão, Toshimitsu Motegi, e o novo secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, para tratar do tema.

Os objetivos dessa conversa foram propor o congelamento dos dispêndios japoneses por mais um ano, estimados em US\$ 1,9 bilhão de acordo com o ano fiscal de 2021, e prosseguir com a discussão sobre o valor que será pago por Tóquio após renovação do tratado de Apoio da Nação Anfitriã, cuja validade expira em 31 de março de 2021, que vigorará pelos próximos cinco anos.

O interesse do Japão é evitar o aumento de sua contribuição ao enfatizar seus recentes investimentos e cooperação com os estadunidenses nas áreas espacial, de segurança cibernética e regional. Esse desejo advém do *trade-off* entre a política de segurança do país, cada vez

mais custosa devido às crescentes ameaças regionais, e da economia japonesa debilitada tanto por problemas estruturais, como a deflação e os astronômicos gastos com seguridade social, quanto pontuais, provenientes da crise da COVID-19.

Contudo, apesar do pleito nipônico, é provável que esse dilema permaneça relevante pela maior necessidade de proteção japonesa diante de ameaças externas, em especial a chinesa e a demanda por uma presença estadunidense mais incisiva no Indo-Pacífico, podendo ocasionar na maior aparição de tropas estrangeiras no país.

Essa dependência aos Estados Unidos ganha força em meio ao recente recrudescimento das disputas pelas Ilhas Senkaku entre o Japão e a China. A recente aprovação da lei que permite o uso da força por embarcações da guarda costeira chinesa, somado ao desbalanceado poder chinês, sugerem o estreitamento da cooperação japonesa e estadunidense próxima à costa nipônica. Portanto, devido à necessidade de um maior apoio estadunidense nos entornos da Ilha e aos gastos acarretados, é esperado que a pressão dos EUA por maiores investimentos do Japão permaneça relevante.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 13.

## O Reino Unido e sua soberania sobre o Arquipélago de Chagos

Rebeca Leite

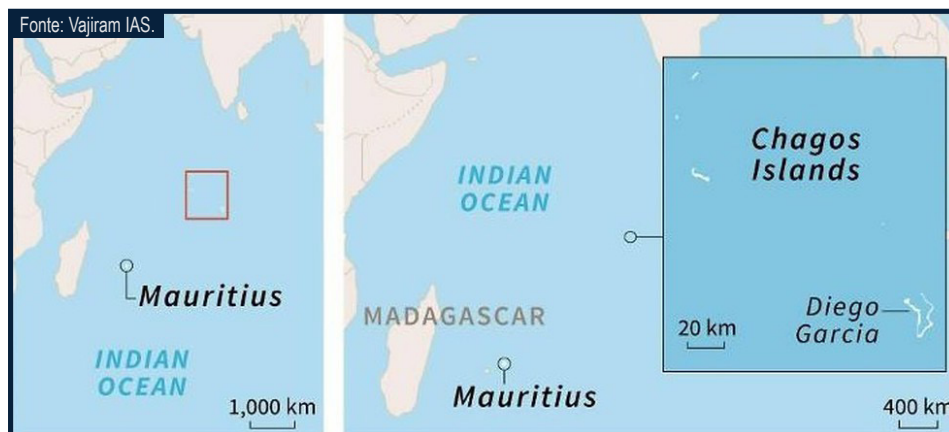
Em 28 de janeiro de 2021, o Tribunal Internacional do Direito do Mar decidiu que o Reino Unido não possui soberania sobre o Arquipélago de Chagos, no Oceano Índico. O veredito endossa o parecer consultivo emitido em 2019 pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), no qual ficou entendido que os britânicos deveriam devolver o território às Ilhas Maurício (Boletim 92). Este imbróglcio decorre da ocupação britânica em Chagos, quando fomentaram sua separação das Ilhas Maurício, uma ex-colônia na África. Tal qual aconteceu em 2019, o Reino Unido rejeitou a decisão e alegou que não há dúvidas quanto à sua soberania naquela região.

O Arquipélago de Chagos é formado por pequenas ilhas, entre elas, a ilha de Diego Garcia, administrada pelo Reino Unido, mas que abriga uma base militar dos Estados Unidos. Após a independência de Chagos, os britânicos arrendaram a ilha aos estadunidenses. Por sua posição estratégica no Oceano Índico, compreende-se a recusa britânica em abrir mão deste território, bem como do interesse dos EUA na região. Conhecido como um “porta-aviões inafundável”, a localidade oferece aos Estados Unidos fácil acesso ao Oriente Médio, Ásia Central e inserção privilegiada no

Índico. A decisão do Tribunal é um alerta aos atores interessados neste tabuleiro geopolítico.

Apesar de o governo das Maldivas — que contesta fronteira marítima com as Ilhas Maurício — ter afirmado que não irá interferir na posição estadunidense em Diego Garcia, há uma tensão latente. Tanto o Reino Unido como os EUA trabalham para conter a expansão chinesa no Oceano Índico, sobretudo por meio dos projetos marítimos do *One Belt One Road*, ou seja, o investimento em portos e demais infraestruturas nas ilhas da região.

Dada a centralidade estratégica de Diego Garcia, é difícil vislumbrar algum sinal de desistência por parte dos EUA. O Reino Unido, por outro lado, vive um momento delicado no cenário pós-*Brexit* e, agora, a derrota na CIJ. No entanto, cabe mencionar que, em 2016, Londres prorrogou o arrendamento de Diego Garcia à Washington por mais 20 anos. Em suma, o Reino Unido pode até não devolver as Ilhas Chagos, mas isto exigirá um arranjo político, sobretudo para a imagem dos britânicos no cenário internacional, afinal, como pode o Reino Unido defender a lei internacional no Mar do Sul da China e ignorá-la sobre Chagos?



DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 14.

## SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

### As estratégias australianas de contenção à China

Thayná Fernandes

Tem sido cada vez mais desafiador à Austrália lidar com os desdobramentos de seus conflitos diplomáticos com a China: estima-se que cerca de US\$ 3 bilhões tenham sido perdidos nas exportações de *commodities* australianas durante 2020, se comparado ao ano anterior. Conforme apontado em outras edições deste boletim, o país é um dos mais dependentes da economia chinesa e a deterioração de suas relações se intensificou

com a pandemia. No entanto, embora a Austrália esteja passando por um delicado momento entre pesar suas escolhas econômicas e sua soberania, o país não demonstra um posicionamento passivo. É importante observar quais estratégias estão sendo tomadas para contrapor o avanço chinês no Indo-Pacífico.

Dentre as diversas respostas e caminhos possíveis, o setor de Defesa e a diversificação de parcerias são >>>

os aspectos que mais vêm se destacando em termos de investimentos do país. Em julho de 2020, o governo australiano lançou a “Atualização Estratégica de Defesa” e o “Plano Estrutural das Forças de 2020”. Esses dois documentos propõem a revisão de alguns pontos publicados no *White Paper* anterior, além de “delinear uma nova estratégia para a Defesa e os investimentos em capacidade para implementá-la”. Pouco tempo antes, uma conferência virtual celebrada entre o primeiro-ministro australiano e seu homólogo indiano resultou na Declaração Conjunta sobre Cooperação Marítima no Indo-Pacífico.

Mais recentemente, o país divulgou um pacote de US\$ 388,7 milhões em apoio às nações do Pacífico com objetivo de atingir cobertura total em imunização na região, além de fornecer vacinas contra a COVID-19.

Ainda, no final de janeiro deste ano, a ministra da Defesa australiana anunciou investimentos de US\$ 1 bilhão em arsenal naval: o objetivo é desenvolver mísseis antiaéreos e antinavios com 370 km de alcance, capazes de atingir alvos terrestres a 1500 km de distância; além de torpedos e embarcações.

No que diz respeito à ampliação de parcerias, Camberra tem buscado se reaproximar dos Estados Unidos. No início de janeiro de 2021, Scott Morrison, primeiro-ministro australiano, convidou o presidente Biden para visitar o país em setembro. A presença estadunidense é fundamental à Austrália para balancear as relações com a China, no entanto, os investimentos em capacidade naval visam permitir sua maior autonomia.

É importante observar quais serão as próximas ações de Pequim e como Camberra vai geri-las no curto prazo.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 14-15.

## TEMAS ESPECIAIS

### Gerenciamento de risco cibernético marítimo de acordo com a IMO 2021

*Alessandra Dantas Brito*

O ano de 2021 traz novidades sobre diretrizes em relação à segurança cibernética no âmbito marítimo que serão importantes para a implementação do *e-Navigation*. A Organização Marítima Internacional (IMO), em sua 98ª sessão do Comitê de Segurança Marítima de 2017, publicou a Resolução MSC.428 (98), que trata da gestão de riscos cibernéticos em Sistema de Gestão de Segurança. Essa resolução impõe medidas obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2021, que deverão ser comprovadas nos relatórios de conformidade das embarcações.

As medidas foram tomadas após diversos ataques cibernéticos contra os sistemas de tecnologia da informação da própria organização e de companhias de navegação como a *Maersk*, *MSC* e a *COSCO Shipping* nos últimos anos. Essa ameaça possui impactos diretos não apenas no aspecto financeiro das empresas, mas também na segurança da navegação e das operações marítimas. Os ataques foram capazes de alterar rotas de navios, induzir a indicação do radar e anular sistemas de controle e de lastro.

A necessidade de explorar padrões de segurança cibernética no âmbito marítimo está ainda relacionada à proteção de dados. De acordo com o Código Internacional

para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (*ISPS Code*), o navio é obrigado a realizar uma avaliação de proteção, incluindo redes de computadores. Por sua vez, o Código Internacional da Gestão da Segurança (*ISM Code*) estabelece um Sistema de Gerenciamento de Segurança documentado que inclui diversas certificações. Ambos são obrigatórios de acordo com as disposições da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS). No Brasil, destaca-se a NORMAM 01/DPC, com obrigatoriedade do repasse da lista de tripulação à Autoridade Marítima e documentos importantes para liberação das certificações de segurança.

Embora o uso da estrutura do Código ISM seja eficiente, este apresentava limitações. Ao contrário do Código ISPS, que cobre certos navios e as instalações portuárias, o Código ISM, mesmo com seus conceitos de gestão de risco, aplica-se apenas a navios. Assim, destaca-se a importância de as instalações portuárias se beneficiarem diretamente da implementação das novas diretrizes cibernéticas da IMO em 2021. O conceito de *e-Navigation*, que prevê a integração e intercâmbio de informações e sistemas marítimos com instalações em terra, agrega ainda maior relevância ao papel vital dos portos no comércio marítimo.

DOI 10.21544/2446-7014.n132.p 15.

- ▶ [EU and China seal a deal behind Biden's back](#)  
CHATHAM HOUSE, Rosa Balfour e Lizza Bomassi
- ▶ [Extending New START should be Just the Beginning](#)  
CARNEGIE ENDOWMENT, Megan Dubois, Gaurav Kalwani e Pranay Vaddi
- ▶ [The Institutionalization of Crises](#)  
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Russia's Regime is weakened by putting Alexei Navalny in jail](#)  
THE ECONOMIST
- ▶ [The Myanmar's Military Coup: International Reactions](#)  
RUSI, Aaditya Dave e Veerle Nouwens
- ▶ [Inflicting Surprise: Gaining Competitive Advantage in Great Power Conflicts](#)  
CSIS, Mark F. Cancian
- ▶ [Short of War: How to Keep US Chinese Confrontation From Ending in Calamity](#)  
FOREIGN AFFAIRS, Kevin Rudd
- ▶ [Biden Doubles Down on Trump's Taiwan policy but will it last?](#)  
RAND, Derek Grossman

## CALENDÁRIO GEOCORRENTE

### FEVEREIRO

- 12** Ano novo chinês
- 14** Eleições parlamentares no Kosovo
- 21** Exercício AMAN 21 (Paquistão, Mar Árabe)
- 21** Segundo turno das eleições presidenciais no Níger
- 25** *Crisis Management Exercise 2021 - CMX21* (Bélgica)
- 28** Eleições legislativas e locais em El Salvador

### MARÇO

- 03** Último dia do *Crisis Management Exercise 2021 - CMX21* (Bélgica)
- 04-05** Duas sessões (Pequim, China)
- 06** Eleições legislativas na Costa do Marfim
- 11** Reunião do Banco Central Europeu
- 17** Eleições gerais na Holanda
- 21** Eleições presidenciais na República do Congo
- 22** Seis anos da intervenção liderada pelos sauditas no Iêmen
- 23** Eleições parlamentares em Israel

## REFERÊNCIAS

- **Migrações venezuelanas e a militarização da fronteira entre Peru e Equador**  
[Perú desplegó al Ejército en la frontera con Ecuador para tratar de controlar la inmigración de venezolanos por pasos ilegales.](#) **Infobae**, Buenos Aires, 29 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
[Ecuador imita a Perú y manda al Ejército para frenar la inmigración venezolana.](#) **Periodista Digital**, Madrid, 05 fev. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.
- **Iniciativa de empresa jamaicana para explorar minerais no Pacífico**  
[ISA Council approves Blue Minerals Jamaica Limited's plan of work for exploration of polymetallic nodules in the CCZ.](#) **International Seabed Authority**, Kingston, 14 dez. 2020. Acesso em: 21 jan. 2021.  
[Blue Minerals LTD to lead Jamaica's pursuits in deep seabed mining.](#) **Ministry of Foreign Affairs and Foreign Trade of Jamaica**, Kingston, 05 mar. 2019. Acesso em: 21 jan. 2021.
- **Blue Economy: a geopolítica ambiental sob a economia estadunidense**  
[NOAA Blue Economy Strategic Plan 2021-2025.](#) **National Oceanic and Atmospheric Administration**, 19 jan. 2021. Acesso em: 02 fev. 2021.  
[Rebuilding The U.S. Economy Through The Blue Economy.](#) **Ocean Leadership**, Washington, 27 jun. 2020. Acesso em: 02 fev. 2021.
- **A agenda estratégica na relação EUA-África**  
GRAHAM, Tess. [Biden's UN Nominee Thomas-Greenfield Awaits Vote After Questioning on China, Iran, Israel and More.](#) **Just Security**, Nova Iorque, 01 fev. 2021. Acesso em: 01 fev. 2021.  
NORBROOK, Nicholas. [Trump is the rupture in US-Africa policy. Biden much more engaged.](#) **The Africa Report**, Paris, 12 nov. 2020. Acesso em: 19 nov. 2020.
- **De Cape Town rumo à Antártica: o Programa Antártico sul-africano e seus interesses no continente**  
[Antarctica and Southern Ocean Strategy \(ASOS\).](#) **Department of Environmental Affairs**, Cape Town: República da África do Sul, 2020. Acesso em: 18 jan. 2021.  
[South Africa gateway to Antarctica.](#) **Department of Science and Innovation**, Cape Town: República da África do Sul, 2019. Acesso em: 20 jan. 2021.
- **A projeção da França no Oceano Índico e sua parceria estratégica com a Índia**  
REJ, Abhijnan. [France and India Hold Strategic Dialogue.](#) **The Diplomat**, Washington, 09 jan. 2021. Acesso em: 03 fev. 2021.  
BABONES, Salvatore. [Why France Has a Much Better India Strategy Than America.](#) **Foreign Policy**, Washington, 01 fev. 2021. Acesso em: 03 fev. 2021.
- **Soberania e pesca britânicas no pós-Brexit**  
SPENCE, Eddie. [Brexit Deal May Mean Less British Cod for Fish & Chips.](#) **Bloomberg**, Nova Iorque, 13 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
MORRIS, Chris; BARNES, Oliver. [Brexit deal: What does it mean for fishing?.](#) **BBC**, Londres, 20 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.
- **Energia renovável no Golfo: um caso de segurança energética?**  
KINGDOM OF SAUDI ARABIA. [Saudi Vision 2030.](#) Governo da Arábia Saudita, 2016. Acesso em: 05 fev. 2021.
- YERGIN, Daniel. [Ensuring Energy Security.](#) **Foreign Affairs**, mar/abril 2006, Nova Iorque. Acesso em: 05 fev. 2021.
- **Eleições e a volta do presidencialismo no Quirguistão**  
KYZY, Aruuke Uran. [From Prison to Presidency: Sadyr Japarov's Victory: japarov soared past 16 other candidates with 79 percent of the vote in the january 10 election.](#) **The Diplomat**, Washington, 11 jan. 2021. Acesso em: 11 jan. 2021  
PIKULICKA-WILCZEWSKA, Agnieszka. [Who is Kyrgyzstan's new prime minister, Sadyr Zhaparov?.](#) **Al Jazeera**, Doha, 15 out. 2020. Acesso em: 15 out. 2020.
- **O futuro da Marinha da Coreia do Sul**  
[Navy chief stresses need to secure light aircraft carrier for national interest.](#) **Yonhap**, Seul, 04 fev. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
[South Korea Develops Aircraft Carrier in Military Overhaul.](#) **Geopolitical Monitor**, Toronto, 29 jan. 2021. Acesso em: 04 fev. 2021.
- **Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial 2021: o que a China quer?**  
[Xi Jinping delivers speech at WEF Davos Agenda 2021 via video link.](#) **CGTN**, Pequim, 25 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
[China's foreign trade in 2020.](#) **Global Times**, Pequim, 14 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.
- **Tropas estadunidenses no Japão: dilema encerrado ou novo capítulo?**  
[Japan proposes tentative 1-year deal on cost-sharing for US troops.](#) **The Mainichi**, Tóquio, 01 fev. 2021. Acesso em: 01 fev. 2021.  
[Japan pushes for 1 year extension with U.S in host nation support.](#) **The Asahi Shimbun**, Osaka, 31 jan. 2021. Acesso em: 02 fev. 2021.
- **O Reino Unido e sua soberania sobre o Arquipélago de Chagos**  
WINTOUR, Patrick. [UN court rejects UK claim to Chagos Islands in favour of Mauritius.](#) **The Guardian**, Londres, 28 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
HARDING, Andrew. [UN court rules UK has no sovereignty over Chagos islands.](#) **BBC**, Londres, 28 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.
- **As estratégias australianas de contenção à China**  
SCOTT, Jason. [Australia's influence in Pacific Islands grows as China's wanes.](#) **Japan Times**, Tóquio, 06 jan. 2021. Acesso em: 05 fev. 2021.  
STASHWICK, Steven. [Australia to Boost its Naval Arsenal to Counter China.](#) **The Diplomat**, 28 jan. 2021. Tóquio, Acesso em: 05 fev. 2021.
- **Gerenciamento de risco cibernético marítimo de acordo com a IMO 2021**  
[Commander Michael C. Petta, USCG. The IMO 2021 Cyber Guidelines and the Need to Secure Seaports.](#) **The Maritime Executive**, Fort Lauderdale, 10 jan. 2021. Acesso em: 21 jan. 2021.  
ZANELLA, Ingrid. [A resolução de segurança cibernética e a LGPD no direito marítimo.](#) **Estadão**, São Paulo, 10 jan. 2021. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CAPA: [SHIPPING INDUSTRY SAILS TOWARDS ENVIRONMENTALLY FRIENDLY FUTURE](#)  
POR: THE NEW ECONOMY

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha

agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e mortos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os países com maior número de infectados, e os países com maior número de infectados na África e na Oceania de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

### ▶ ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Yemen's Houthis renew offensive to capture government stronghold Marib](#). Middle East Eye, 08 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- LÍBANO — Crise estrutural: [Beyond the Beirut explosion: The many dangers of ammonium nitrate](#). AlJazeera, 04 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Un sector de aliados de Juan Guaidó presiona para participar en las elecciones locales y regionales en Venezuela](#). El Pais, 04 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [UN: Situation in Ethiopia's Tigray now 'extremely alarming'](#). Ap News, 05 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Cabo Delgado na lista dos 10 conflitos globais preocupantes, dizem especialistas](#). Voa, 03 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

### ▶ MÉDIO RISCO:

- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [Exclusive: More Sanctions Mooted As EU Group Outline Policy Options For Lukashenka Regime](#). Radio Free Europe, 08 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- FRONTEIRA ENTRE ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan sues Armenia in ECtHR for crimes against humanity](#). Daily Sabah, 05 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- FRONTEIRA SINO-INDIANA — Impasse na ALC: [Nine rounds of military talks held with Chinese, will continue says Jainshankar](#). The Times of India, 06 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Greek tanker escapes attack in Gulf of Guinea](#). Lloyd's List, 08 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• LÍBIA — Escalada da guerra civil: [Biden Administration Rediscovered US Interests in Libya](#). Geopolitical Monitor, 31 jan. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Avanço chinês sobre as regiões: [US warship sails near Chinese-controlled Paracel Islands](#). Al Jazeera, 06 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [What's Driving the Conflict in the Eastern Mediterranean?](#) LawFare, 25, Jan. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar hit by third day of protests as curfew imposed in Mandalay](#). Nikkei Asia, 08 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• SÍRIA — Tensões na região de Idlib: [Syrian Kurds hoping for lifeline from Biden administration](#). Al-Monitor, 05 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Central African Republic's capital in 'apocalyptic situation' as rebels close in](#). BBC, 30 jan. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

► EM MONITORAMENTO:

• HAITI — Crise institucional: [Haiti Braces for Unrest as a Defiant President Refuses to Step Down](#). The New York Times, 07 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• RÚSSIA — Protestos da oposição: [The Whole System Needs Changing! The Russia Protests Are About More Than Just Alexei Navalny](#). Time, 05 Fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• AFEGANISTÃO — Instabilidade regional: [Pakistan asks Afghanistan to 'neutralise threat' emanating from war-torn nation](#). Tribune, 08 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [The Donbass conflict: Waiting for escalation](#). The Interpreter, 04 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.

• AUSTRÁLIA E CHINA — Crise diplomática e sanções econômicas: [China-Australia relations: Canberra denies 'playing the victim' in trade dispute with Beijing](#). South China Morning Post, 02 fev. 2021. Acesso em: 09 fev. 2021.